

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**  
**4ª- EDIÇÃO (2014-2015)**

MARI CLAIR GOMES RODRIGUES DOS SANTOS

**CONSELHO ESCOLAR**  
**POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE:**  
**EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

2015

MARI CLAIR GOMES RODRIGUES DOS SANTOS

CONSELHO ESCOLAR  
POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE:  
EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão do Curso – TCC apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- FAGED, como requisito ao título de Especialista em Gestão Educacional, do Programa Nacional de Gestores da Educação Básica/MEC, orientado pelo Professor Antônio Paim Falcetta.

SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

2015

## RESUMO

Este trabalho é o resultado de ações realizadas ao longo do Projeto de Intervenção desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar proporcionado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O tema *Conselho Escolar, Possibilidades de Participação Consciente* foi desenvolvido em uma Escola Municipal de Educação Infantil, situada na periferia de Sant'Ana do Livramento. Com o objetivo de melhorar a qualidade da participação neste colegiado, utilizando-se a modalidade pesquisa-ação, por promover e valorizar o envolvimento entre pesquisador e pesquisados. As ações foram desencadeadas concomitantemente ao aprofundamento teórico. A gestão democrática, como linha orientadora, impulsionou a consulta a vários autores como TRIPE (2005), RICHARDSON (2014), VEIGA (2013), FRANCO (2005), CARBELO E GALINA, ALVES, SILVA e FLORES (2014). Contávamos com a disponibilidade e o interesse dos conselheiros, mas a participação evidenciava a falta de conhecimento. As ações desestabilizaram o grupo à medida que instigavam, questionavam. Reuniões de estudos ocorreram, a legislação no que se refere à educação e à gestão democrática foi analisada, relevando-se a importância da participação, não apenas em eventos ou festas, e sim diante de problemas, anseios, dificuldades. O Conselho Escolar precisava de um regimento, que foi elaborado, visando atender às demandas pertinentes e estabelecendo critérios de organização. Por último e decorrente, foi o envolvimento significativo na reelaboração do PPP, fruto da ação de todos.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Conselho Escolar.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	7
2.1- Gestão democrática e Participação .....	7
2.2- Conselho Escolar.....	10
3. METODOLOGIA .....	13
4. AÇÕES ANALISADAS.....	15
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	19
6. REFERÊNCIAS.....	22
7. ANEXOS.....	25

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso fundamenta-se no Projeto de Intervenção, desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar proporcionado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O campo da pesquisa foi uma Escola Municipal de Educação Infantil, situada na periferia de Sant'Ana do Livramento, com uma média de 100 alunos, de zero a seis anos, distribuídos em cinco turmas. O quadro de pessoal é composto por 29 profissionais, sendo 7 efetivos, 9 contratações emergenciais e 13 estagiários.

As famílias dos alunos são compostas em média por 5 pessoas, sendo algumas mais numerosas. Os pais trabalham no comércio, como empregados domésticos e safristas das colheitas de maçãs. Grande parte é beneficiada por programas sociais do governo.

Em nossa escola já se desenvolvia um trabalho de planejamento sério com vistas à melhoria da qualidade da educação ofertada às crianças. Conforme Zorzella (2014), “Almeja-se um planejamento com consciência e intencionalidade, participação e responsabilidade, fruto do conhecimento e da prática, da experiência e da ação” (2014, p. 281).

Tendo essa base de planejamento, pensou-se, para a escolha do tema desta pesquisa, em algum aspecto digno de uma intervenção, uma situação a ser melhorada, um problema a ser solucionado e, principalmente, uma forma de contagiar e envolver um número maior de pessoas em ações, visando, por uma participação consciente, buscar constituir uma escola melhor. Com foco no Conselho Escolar, por sua representatividade enquanto lugar de participação da comunidade na escola, desenvolveu-se este trabalho de incremento à participação e à experiência da gestão democrática. Para Carbello e Galina (s.d.), “Por meio dos colegiados, o diretor poderá contar com o apoio de outras pessoas envolvidas no processo educacional para conseguir implementar os projetos de melhoria na escola e no ensino”.

Na pesquisa-ação, metodologia desta pesquisa, registra-se o posicionamento de autores como Tripp (2005): “A pesquisa-ação é uma das muitas formas de investigação-ação, a qual é por ele definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”; Franco (2005) “[...] falarmos de pesquisa-ação, estaríamos pressupondo uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos”.

Apoiados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei n.º 9394/96), que prevê ao ensino público a organização democrática e, no seu artigo 14, inciso II, garante “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, seguiremos o nosso objetivo de melhorar a qualidade da participação neste colegiado.

As escolas almejam um Conselho Escolar participativo, capacitado para o desempenho de suas funções, contagiando toda a comunidade escolar e proporcionando transformações e mudanças significativas neste contexto, viabilizando a gestão democrática.

Dessa forma, o embasamento teórico, assegurando o andamento da pesquisa, reuniu conceitos necessários, como gestão democrática, participação, práticas colegiadas de gestão, neste caso o Conselho Escolar e a participação no âmbito escolar.

A Gestão Democrática da educação pública é apresentada na Constituição e na LDB como um princípio e a participação é o mecanismo necessário para esta se concretize. Essa participação será decorrente do envolvimento de pais, professores, funcionários, estudantes num ambiente de valorização, onde o debate e questionamentos conduzam à consciência sobre a necessidade de ações coletivas no sentido da construção de uma escola que tenha qualidade.

Os Conselhos Escolares consistem numa das formas de exercício de gestão democrática, a sua composição, ciente de sua importância e significado, com acesso a todas as informações e a transparência nas ações escolares serão suficientes para solucionar problemas, conflitos entre os seguimentos participantes. A capacitação para o exercício das funções é indispensável.

No referencial teórico constarão os passos necessários para atingir uma participação eficaz nesse colegiado, aspectos da legislação, vigência, funções e principalmente, formas de organização.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As referências aqui apresentadas consistem na fundamentação legal e teórica para as análises das ações, posteriormente apresentadas, registrando-se a gestão democrática como a concepção que enriquece este trabalho de pesquisa, respaldado na linha orientadora deste Curso de Especialização em Gestão Escolar, proporcionado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

### **Gestão Democrática e Participação**

A legislação brasileira apresenta clareza, principalmente quanto à gestão democrática e no envolvimento participativo de todos os integrantes do processo. A **Concepção de Gestão Democrática da Educação Pública prevista, determinada na Constituição Federal (1988), no Artigo 206, assegura que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática do ensino público; a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) confirma no artigo 3.º que o ensino será ministrado nos princípios da gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da Legislação dos Sistemas de Ensino; e no artigo 14.º propõe que os sistemas de ensino definam as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. O artigo 15.º confirma que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.**

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de

órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. Veiga (2004, p. 19):

Dessa forma, com a gestão democrática há a possibilidade de dividir as responsabilidades e promover a articulação com toda a comunidade escolar. As decisões não ficam restritas ao diretor, sendo que professores, funcionários, pais, alunos e comunidade poderão contribuir no processo educacional. Para essa contribuição não se restringir a críticas, são necessárias medidas preparatórias, isto é, um chamamento que possibilite a aproximação participativa, que abra espaços para o conhecimento e o entendimento do funcionamento real da escola, dos seus aspectos pedagógicos e administrativos.

Sobre uma participação democrática, Paro (1998) comenta:

Tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública ( PARO, 1998, p. 46).

A escola é, pois, o lugar das relações interpessoais. Nesse campo, a gestão democrática propicia o estreitamento das relações, trazendo as famílias para o seu interior, promovendo um ambiente de valorização humana, oportunizando depoimentos, questionamentos, reflexões e, principalmente, produzindo o entendimento de que as decisões precisam ser tomadas em conjunto. A partir daí, e por fim, se os resultados não forem os esperados, que se promovam discussões em busca da melhoria ou de resultados positivos.

A escola precisa ser um lugar no qual a prática democrática seja predominante e positiva, em que a construção da participação pressuponha uma formação para a cidadania. A essa questão, Carbello e Galina (2007) acrescentam: “Discutir gestão democrática da escola sob o ângulo da participação da comunidade implica discutir também os conceitos de cidadania, já que o protagonista do processo democrático é o cidadão consciente”. Sob o ponto de vista institucional, a respeito do mesmo tema, Ferreira (1998) complementa:



O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, [...] capazes de escolher entre diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação (FERREIRA, 2000, p.171).

Certamente, essa formação de uma consciência cidadã implica ao cidadão saber de seus direitos e deveres, de que tem voz e é capaz de opinar, ser ouvido e valorizado. Esse será o sentido de uma participação efetiva, que tenha para si o compromisso de buscar as melhores soluções para os problemas em pauta. Essa é a razão de uma escola democrática: levar o cidadão ao entendimento dos atos que objetivam o bem comum.

Conforme Danilo Gandin (2014), ainda sobre a constituição de uma cultura de participação:

[...] a respeito da participação aponta uma grande proposta de ação: a motivação e a capacitação das pessoas para participar (por vozes, para promover esta participação), segundo sua cultura, na escola. É claro que a participação, de início, será diferente conforme a “posição” da pessoa no contexto escolar, mas o desejável é que o grau de participação entre todos vá se aproximando até o limite necessário para que a ação, continuamente transformadora, não se torne impossível (GANDIN, 2014, p.121) .

Segundo Demo (1996):

Participação é conquista. Todavia essa participação muitas vezes é limitada. Entretanto, aos poucos, atores interessados em vivenciar o exercício da sua cidadania, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para a construção dessa cidadania. A escola é um dos locais dessa construção.

Nesse sentido, a participação que fundamenta a elaboração do projeto político-pedagógico deve ser uma ação continuada, pois o PPP além de ser o documento mais importante da escola, precisa ser o resultado de uma ação consciente e que envolva toda a comunidade escolar. É indispensável que todos conheçam a realidade da comunidade. Quando se fala em projeto político-pedagógico, deve-se falar de algo que se entende e conhece bem, e não de algo que signifique apenas o cumprimento de uma exigência legal. A importância se dá, sobretudo, em relação às questões pedagógicas da escola, referentes ao processo educativo. Os projetos e objetivos precisam, afinal, ser pensados e repensados sempre de acordo com a realidade da escola.

Para sustentar esse ponto de vista recorreremos a Vasconcellos (2002), quando afirma que

O projeto político-pedagógico pode ser entendido como: a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Esse planejamento participativo precisa aos poucos ir se moldando e adequando à comunidade escolar e, principalmente, precisa significar a melhora da qualidade da educação ofertada aos alunos, proporcionando o desenvolvimento da capacidade de atuar na sociedade com autonomia.

A construção de um projeto político-pedagógico traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Esse processo deve ser fruto de discussões, corresponsabilizações e deliberações feitas pelos diferentes membros da comunidade escolar. Aqui se deve mencionar a possibilidade de exercício da gestão democrática a partir da existência de instâncias colegiadas. Essas instâncias são formadas por representantes dos segmentos da escola e são caracterizadas como espaços de participação: o Conselho Escolar, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, o Grêmio Estudantil, o Conselho de Classe, o Círculo de Pais e Mestres (Unidade Executora).

Conforme o posicionamento de Heloísa Lück (2005), “Ao promover o envolvimento coletivo no cuidado e nas ações necessárias para a criação de um ambiente favorável à formação e aprendizagem, a escola conquista uma gestão democrática e pedagógica de boa qualidade”. Essas instâncias servem como apoiadoras do gestor, pois as responsabilidades precisam ser compartilhadas, os projetos implementados com objetivos de melhorias na escola e também no ensino.

### **O Conselho Escolar**

A LDB estabeleceu nas instituições públicas de educação básica os conselhos escolares com representação da comunidade. Essa forma de participação reforça os interesses coletivos da ação pública e se constitui mecanismo político de superação da centralidade do poder instituído nas escolas.

Em consultas ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania (2004)

O Conselho Escolar é o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e, nela, o processo ensino-aprendizagem. Assim, a função do Conselho Escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois indica os mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça. Nesse sentido, a primeira atividade do Conselho Escolar é a de discutir e delimitar o tipo de educação a ser desenvolvido na escola, para torná-la uma prática democrática comprometida com a qualidade socialmente referenciada. (PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES:, 2004, CADERNO 2, PAG.23)

As funções do conselho são:

**Deliberativas:** quando decidem sobre o Projeto Político-Pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

**Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

**Fiscais (acompanhamento e avaliação):** quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

**Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo, assim,

para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação. (PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES:, 2004, CADERNO 1, PAG.39)

O Conselho Escolar deve ser o espaço em que se discutem as questões educativas. Quanto melhor for a qualidade, no sentido da resolubilidade de questões, das participações da comunidade no conselho, mais chances de serem alcançados os objetivos e metas do PPP.

Na formação do Conselho Escolar, é indispensável a criação de um regimento interno em que as normas, as regras de participação, como a substituição de conselheiros, sobre os suplentes, o calendário de reuniões, os horários sejam adequados a todos e produzidos por todos.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para desenvolver este projeto de intervenção foi a pesquisa-ação, uma vez que após o levantamento das necessidades da escola, a identificação de problemas, foram definidas as ações para se promoverem as mudanças necessárias. Pretendeu-se melhorar a qualidade da participação no Conselho Escolar da escola. A respeito da intervenção, no processo de pesquisa, Franco (2005, p. 485), comenta que “Se alguém opta por trabalhar com pesquisa-ação, por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática”. Nesse processo as ações foram acertadas em conjunto, sendo o diálogo fundamental. Com a valorização das opiniões, a gestão democrática foi exercitada plenamente.

Sobre o envolvimento de todos, Richardson (2014) afirma,

O objetivo da pesquisa-ação é melhorar e envolver para produzir mudanças operacionais, justas e sustentáveis. Portanto, um aspecto crucial da pesquisa-ação é a participação das pessoas que vivem na situação pesquisada ou que podem ser afetadas pelos resultados da ação (2014, p. 3).

Nossa meta principal, portanto, foi melhorar a qualidade da participação no Conselho Escolar, a partir do entendimento que de uma atuação consciente, compromissada, organizada e atenta resultaria na condição de contribuir para melhoras no processo ensino-aprendizagem.

A realização desta pesquisa-ação valeu-se dos seguintes passos: diagnóstico das necessidades pedagógico-administrativas, por meio de diálogo e pesquisas informais; reunião com a equipe diretiva para escolha do tema e, após, com toda a comunidade escolar, com a finalidade de convidar, incentivar promover o envolvimento na pesquisa; realização de consultas bibliográficas; reunião com a comunidade escolar para preenchimento de vagas existentes em função da saída de professores e pais do Conselho; encontros com o Conselho Escolar para a realização de estudos sobre aspectos legais; bibliografia adequada, como cadernos Fortalecimento dos Conselhos Escolares, em que constam, de forma muito clara, todos os aspectos envolvendo a sua importância, criação e suas funções; estabelecimento de medidas organizacionais, como a criação do regimento interno; realização de ações envolvendo o Projeto Político-Pedagógico, reforçando o ponto que esta é uma atribuição do Conselho; entrevista com os pais com a pretensão de saber o que pensam sobre a escola; reunião para mostrar

resultados da pesquisa; reunião com a comunidade escolar, envolvendo o Conselho Escolar no processo de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e, por último, reunião para análise do PPP.

Os instrumentos utilizados foram todos característicos da pesquisa-ação: a investigação, a discussão coletiva, o levantamento de hipóteses de ação, a definição de metas e objetivos coletivos, a organização das atividades a serem desenvolvidas e a ação para a promoção dessas atividades. Dessa forma, as ações foram organizadas e todas com uma finalidade, o envolvimento coletivo, visando a uma escola melhor. Esse envolvimento serve aqui como combustível para uma transformação da realidade.

## ACÇÕES ANALISADAS

As ações deste projeto de intervenção basearam-se na metodologia da pesquisa-ação, na revisão da literatura, na investigação. As ações aconteceram balizadas na gestão democrática, promovendo, valorizando e incentivando a participação que fundamenta e qualifica os resultados.

Reuniões ocorreram para delimitação ou escolha do tema a ser trabalhado, inicialmente, com a equipe diretiva, que aceitou a proposta e considerou relevante a possibilidade da participação da escola em um projeto de intervenção, envolvendo um grupo, integrante desta escola, visando a contribuição para a transformação desta realidade. Pensou-se no Conselho Escolar, pela sua representatividade, ou seja, vários seguimentos estariam envolvidos. Assim, marcou-se reunião com a comunidade escolar para apresentação do Projeto.

Na reunião com a comunidade escolar a exposição teve êxito, ficou muito claro o interesse em participar. No cotidiano da escola, já havia o entendimento sobre a importância da participação e do envolvimento das famílias em encontros, palestras, festividades, reuniões com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos, nas reuniões decisórias relacionadas ao uso dos recursos da escola. Naquele momento, a proposta era ir além, envolver a comunidade escolar em ações voltadas à melhoria da qualidade da participação no Conselho Escolar. O projeto de intervenção precisava ter essa finalidade. E ainda, o mais importante, seria contagiar a comunidade escolar, no sentido de uma participação produtora, promovendo a união, o diálogo e capacitando para tomadas de decisões.

(...) O Conselho Escolar deve estar inserido na escola como instância que promove a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e as dimensões da escola, sabendo ouvir e falar, buscando mecanismos de compreensão e tomadas de decisões em busca da excelência do saber elaborado, mobilizando a escola e alunos como protagonistas deste saber.” (CURY, 2000, p. 47.)

No primeiro encontro com o Conselho Escolar, a partir de questionamentos anteriores sobre o funcionamento deste colegiado, percebeu-se que seus membros, bem intencionados, dedicados, apresentavam dificuldades para uma colaboração eficiente, carecendo de conhecimentos gerais e específicos, como legislação, LDB. No chamamento para este encontro foram solicitados materiais para estudo, a legislação

referente ao colegiado e à sua importância enquanto instância de atuação. Ocorreu a leitura do artigo da Revista Nova Escola (abril de 2012), “Quer um conselho, forme um”. Nele constam aspectos como ter um colegiado presente e atuante com representantes de todos os segmentos da escola, funções e erros mais comuns que podem representar impedimento de eficiência na atuação e houve inquietação quanto a este último. Surgiram dúvidas sobre a possibilidade de ter um grupo trabalhando da mesma forma organizada, eficiente, contribuindo na tomada de decisões e participando de forma consciente. Cabe aqui registrá-los:

#### **Os erros mais comuns**

Evite as situações que podem comprometer o bom funcionamento do conselho:

- **Formar o grupo sem promover debates** A eleição é um processo democrático que exige discussão, voto único e apuração transparente.

- **Permitir que os membros ajam como se tivessem autoridade especial na escola** O colegiado só existe quando está reunido e todas as decisões são tomadas coletivamente.

- **Não dar voz a opiniões contrárias à maioria do grupo.** Todos têm o direito de se expressar e colocar novas ideias em votação.

- **Considerar que o colegiado ameaça a autoridade dos gestores** A participação deles só tem a contribuir para o aprendizado.

- **Não incluir os suplentes nas discussões.** Se estimulados a participar, eles estarão aptos a exercer o direito de voto caso o titular falte.(REVISTA NOVA ESCOLA, 2012, ED. 018)

Houve inquietação, surgiram dúvidas sobre a possibilidade de ter um grupo trabalhando da mesma forma organizada, eficiente, contribuindo na tomada de decisões e participando de forma consciente, isso requer o envolvimento de todos com os mesmos objetivos.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a



comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais. (LIBÂNEO,2004,p.102)

No dinamismo da busca constante pela democracia ampla e plena a posse e domínio de informações é fundamental para que todos os envolvidos sejam atores conscientes e construtores eficazes da qualificação da escola que projetaram e traçaram estratégias para a sua real construção.

Pensando nessa qualificação, o pesquisador se dispôs a ajudar e envolver mais os pesquisados, organizando o material para estudos: literaturas sugeridas pelo curso de especialização, cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, impressões de materiais consultas na internet..

Na retomada das ações em 2015, constatou-se que alguns membros do Conselho não faziam mais parte do grupo (uma mãe de aluno e uma professora). Diante da necessidade de uma nova composição, marcou-se reunião com toda a comunidade escolar e, por aclamação, sem dificuldades, se formou o novo Conselho. Quem já fazia parte, por conta de experiências anteriores, decidiu continuar. Os novos componentes precisavam serem envolvidos neste trabalho. Muito diálogo, conversas informais, relatos de experiências e o Conselho Escolar, completo, pronto para continuar. Decidiu-se pela a criação do Regimento Interno, sendo feitas novas consultas bibliográficas para saber o que deveria conter neste documento.

Esta ação, criação do regimento interno, envolveu o colegiado em duas reuniões. Munidos de informações, consultas ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004), muita leitura e respeitando-se as opiniões, foram elaboradas as normas de funcionamento, com reuniões periódicas, com duração definida, chamamento com antecedência, cronograma de assembléias, etc. Com escrita clara e objetiva. Todos receberam uma cópia. Para a reunião seguinte, a missão foi procurar materiais sobre Projeto Político-Pedagógico. Que documento é, qual a sua importância e quem o elabora. Aqui cabe ressaltar o envolvimento do grupo na troca de informações e materiais coletados.

Considerando o período da reelaboração do projeto político-pedagógico da escola e a necessidade da participação e envolvimento de toda a comunidade escolar, fez-se a aplicação de um questionário – no qual a maioria se identificou, mesmo não

sendo solicitado – dez questões foram apresentadas, de forma objetiva, com a intencionalidade de saber o que os pais pensam a respeito da escola em termos de funcionamento, trabalho pedagógico, o que pode melhorar, anseios, dúvidas, sugestões e a partir das respostas colheríamos dados para a próxima ação. A contribuição do Conselho Escolar no período da tabulação dos resultados representou fundamental importância. A visão da comunidade sobre a forma de trabalho deste educandário ficou clara, e o que vem qualificando a nossa análise do contexto escolar. Foram registrados vários itens para nós considerados muito importantes. A seriedade, transparência e comprometimento com a melhora de qualidade do atendimento aos alunos, ficaram evidentes.

Assim, percebe-se que o interesse e o envolvimento dos membros deste conselho foram satisfatórios, a escola se mobilizou. Embora não disponhamos de muitos recursos materiais, possuímos recursos humanos, são famílias que vivem, não poucas, nas mais precárias situações que deixaram evidente o interesse em uma escola de qualidade para seus filhos e perceberam que podem contribuir para isso e essa contribuição é muito valiosa.

A educação de qualidade só atinge seu sentido na prática pedagógica nas interações vividas entre professores, alunos, pais e responsáveis, funcionários e representantes da comunidade, em suas experiências, processos e resultados. Para isso, é imprescindível a ruptura com a concepção conservadora de educação que incide na própria organização do trabalho pedagógico da escola, na vida escolar dos alunos, no que fazem e como fazem, o que vivem e como vivem. Por outro lado, a ruptura implica condições favoráveis que ofereçam recursos financeiros necessários, condições e processos para que se possa atingir a prática pedagógica em sua essência. (VEIGA, 2009, p.168)

O trabalho pedagógico, realizado através de teatros, projetos coletivos e atividades extras à rotina da escola, demonstram resultados positivos. Para as ações da reelaboração do PPP, garantiu-se o envolvimento de toda a comunidade escolar. A entrevista serviu como base e os outros passos decorrentes, como reuniões de estudos, aconteceram de forma produtiva e segura.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Escolar, utilizando-se do Projeto de Intervenção e da metodologia pesquisa-ação, consistiu na oportunidade de uma verdadeira intervenção na escola de atuação.

Nesse sentido, iniciou-se o estudo e a revisão da literatura sobre essa metodologia de pesquisa, o que consistiu na oportunidade de, a partir da investigação, buscar alternativas para melhorar a qualidade da participação no Conselho Escolar desta Escola Municipal Infantil.

Considerando que nesta escola já havia um histórico de transparência nas ações, com consulta às opiniões dos diferentes segmentos da comunidade escolar, este trabalho, alicerçado pelo aprofundamento teórico, serviu para desencadear-se um maior interesse, por parte da comunidade, no sentido de conhecer e saber também sobre os assuntos que antes, de certa forma, eram “exclusivos de professores”. As ações envolvendo a reelaboração do PPP foram facilitadas pela base adquirida pelas informações obtidas pelos conselheiros e repassadas aos demais. O PPP está atualizado, disponível para consultas e sendo mais valorizado, pois é fruto da participação de muitos.

Convém destacar a colocação de Veiga (1998):

O projeto político-pedagógico de uma escola adquire significado quando a instituição assume a responsabilidade de concebê-lo, desenvolver e avaliar no coletivo com a participação de todos que atuam na escola (diretor, coordenador, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade), levando em conta a diversidade, o pensamento divergente, as controvérsias, a negociação, a articulação entre as dimensões administrativa e pedagógica e as inter-relações com as diretrizes do sistema educacional e respectivos processos de administração e controle (VEIGA,2004,p.38).

Baseando-se neste pensamento, construímos o nosso trabalho na coletividade, sendo que a participação de todos os segmentos da escola contribui para a organização, elaboração e aplicação do Projeto Político-Pedagógico. A comunidade participa por meio da formulação da escola que querem para seus filhos, levantando as necessidades que precisam ser sanadas e a educação como formação e continuidade daquela recebida em casa, ou seja, escola e família juntos, visando ao pleno desenvolvimento das crianças.

Os professores, ao elaborarem as metas, objetivos, princípios e estratégias, tornam-se mais responsáveis e atuantes para colocarem em prática aquilo que ajudaram a construir. Os funcionários, também, comprometidos com a escola, participam efetivamente da construção e do desenvolvimento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças, proporcionando um ambiente saudável, limpo e organizado para que o trabalho possa ser realizado com prazer. A merendeira tem papel fundamental na educação, pois a alimentação e a nutrição fazem parte desse processo, proporcionando uma vida saudável. As crianças bem alimentadas crescem e se desenvolvem muito mais.

A direção tem papel de articulação entre todos os segmentos, gerindo os meios didáticos e pedagógicos para que tudo funcione em prol de uma educação de qualidade, rica em criatividade e que enfatize o melhor para as crianças, a satisfação dos pais e a certeza dos professores e funcionários em saber que seu trabalho é valorizado e alcança resultados positivos.

Temos muito a crescer e melhorar como escola, principalmente na atualização, formação e qualificação dos professores e atendentes em geral, para que acompanhem as mudanças pedagógicas e didáticas necessárias à aplicação da nova pedagogia que rege a educação infantil. E também já estamos buscando meios para isso. Algumas melhorias físicas no prédio da escola também são necessárias, como a pintura, reparos elétricos e problemas de infiltração, cujo encaminhamento é parte do nosso planejamento. Este está baseado no plano de ação, buscando atender a algumas sugestões dos pais, como a socialização, os limites, os bons hábitos alimentares e a realização de passeios que proporcionem novos conhecimentos e experiências às crianças.

Acreditamos estar no caminho certo, no trabalho que estamos fazendo, uma vez que a comunidade elogiou, demonstrando interesse e vontade de participar das atividades que propomos, tanto como colaboradores quanto como integrantes do processo. A comunidade tem participado com êxito de reuniões, festas e atividades. Sabemos da importância de termos os pais e a comunidade a favor do trabalho que fazemos e participantes, sendo este um dos nossos princípios da gestão democrática escolar que tanto percorreu os temas deste curso.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse

país democraticamente. (FREIRE apud, MEC/SEB Cadernos do Programa Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2004, vol. 2).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Evandro; SILVA, Maria Beatriz Gomes da. Sala-ambiente “Projeto Vivencial” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014

AGUIAR, Márcia Angela da S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 129-144, 2008.

ALGEBAILLE Eveline; SCHEINVAR, Estela (ORGS.) - Conselhos Participativos e Escola.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001.

CARBELLO, Sandra Regina Casso; GALINA Irene de Fátima. Instâncias Colegiadas: Espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1996

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na Cultura Globalizada. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, nº 89, p. 1227-1249,

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

Gandin, Danilo e Gandin, Luís Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. Petrópolis, Vozes, 1999.

Gandin, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasil: 2004.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília: 20

Origem da palavra gestão. Disponível

em:<http://origemdapalavra.com.br/palavras/gestao>, acesso em 27 de agosto de 2013.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3ª. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino. São Paulo: Ática, 2007.

Parceria escola-família. Produção de Carlos Alberto de Medina. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: TV Escola, 2002

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?**

Disponível em:

<[http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf](http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf)> Acesso em 04 de novembro de 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2008. 205 p

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, Coleção Biblioteca ANPAE, 2003.

Ata nº 10 de 2014

Aos 4 de dezembro de 2014 estiveram reunidas na Escola Municipal de Educação Infantil Arco-Íris, as dez horas da manhã a equipe diretiva para tratar assuntos referentes ao trabalho de pesquisa que será desenvolvido, pensando na resolução de algum problema que esteja servindo de impedimento para a qualidade da educação ofertada aos alunos. Considerando que já há uma preocupação ou ações voltadas para o planejamento escolar com formações frequentes, pensou-se em trabalhar com vários seguimentos, ficando assim eleito o Conselho Escolar para ser investigado, interesses, anseios, limitações precisam ser pensadas já que é visível a vontade dos participantes em festas, eventos, reuniões de pais. Desta forma será feito o chamamento do Conselho para apresentar a proposta ao colegiado. Não havendo mais assuntos a tratar a presente ata será assinada por todos os participantes. *Vanúcia Formis, Amalinda, Regane Menezes Antunes.*

nt. 2014



SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE PARA NÓS E O FUTURO DA ESCOLA QUE QUEREMOS PARA NOSSAS CRIANÇAS:

1)O QUE VOCÊ PENSA SOBRE A NOSSA ESCOLA? É BOA( ) É REGULAR( ) É RUIM ( ) –

POR

QUÊ?.....

2)VOCÊ CONFIA NO TRABALHO QUE REALIZAMOS? SIM ( ) NÃO ( ) EXPLIQUE:.....

3)ATENDE AS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS: SIM( ) NÃO ( ) EM PARTES( )

O QUE PODE

MELHORAR?.....

4)ATENDE AS SUAS NECESSIDADES DE FAMÍLIA: SIM ( ) NÃO( ) EM PARTES ( ) QUAIS SUAS

SUGESTÕES:.....

5)COMO VOCÊ VE SEU FILHO(A) NA ESCOLA?.....

É FELIZ? SIM ( ) NÃO( ) - É BEM TRATADO? SIM ( ) NÃO ( ) – ESTÁ APRENDENDO COISAS NOVAS?

SIM( ) NÃO( ) GOSTA DE VIR? SIM ( ) NÃO( ) –RELATA SUAS EXPERIÊNCIAS? SIM ( ) NÃO ( ) -

ESTÁ BEM ALIMENTADO? SIM( ) NÃO( ) -

COMENTE:.....

6)COMO VOCÊ VE O TRABALHO DAS PROFESSORAS, DAS FUNCIONÁRIAS E DA DIREÇÃO DA ESCOLA?.....

7)O QUE VOCÊ SUGERE COMO MELHORIAS PARA NOSSA ESCOLA?.....

8)QUE ATIVIDADES VOCÊ GOSTARIA QUE FOSSEM REALIZADAS PARA VOCÊS PARTICIPAREM MAIS DA ESCOLA?.....

9)QUE TEMAS GOSTARIA QUE FOSSEM TRABALHADOS COM VOCÊS, PARA AJUDAR NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS? HIGIENE E SAÚDE( )

LIMITES E VALORES( ) ADAPTAÇÃO( ) DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ( ) FAMÍLIA ( ) EXPLORAÇÃO SEXUAL ( )

OUTROS?.....

10)SE ESQUECEMOS ALGUMA QUESTÃO QUE VOCÊ JULGA SER IMPORTANTE, FALE SOBRE ELA

AQUI:.....

OBRIGADO!

